

Lei de Responsabilidade Fiscal

LC 101/2000

bibliografia selecionada

ESAE PGE-RS

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA
julho 2022





Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000

bibliografia selecionada

**Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 25	20 p.	julho 2022
---------	--------------	-------	-------	------------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Setor de Pesquisa

Revisão jurídica
DIOGO CONTE RIGHES DE SOUZA SANTOS
Analista Jurídico

Bibliografia Seleccionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-
Mensal.

Catlogação na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS

Fone: (51) 32881656

E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

Site: [Portal da ESAE - Biblioteca - Bibliografia Seleccionada](#)

Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/2000: bibliografia selecionada

JULHO 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	5
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	12
DIREITOS HUMANOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	14
DIREITO ELEITORAL	14
DIREITO MUNICIPAL.....	15
DIREITO ECONÔMICO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO TRIBUTÁRIO.....	15
DIREITO CIVIL.....	20
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	20
DIREITO TRABALHISTA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	20

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Seleccionada é uma publicação mensal da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ABRAÃO, Marco. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 3. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. Minha Biblioteca. ISBN 9788530992231.

ALVES, Emerson Pereira; PALAVÉRI, Marcelo. Parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada: aplicação, viabilidade, riscos e contabilidade. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.77, p. 21-30, maio 2008. ISSN 1676-5826.

ARAÚJO, Ana Luiza Gomes de. As políticas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, ano 19, n. 21, jul./ set. 2006.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. A transparência, a lei complementar nº131/09 e a necessidade de navegar. **Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF: IDAF**, Curitiba: Zênite, v.9, n.97, p. 44-47, agosto 2009. ISSN 1980-2358.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder. Transferências voluntárias na Lei de Responsabilidade Fiscal: limites à responsabilização pessoal do ordenador de despesas por danos decorrentes da execução de convênio. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.60, p. 25-62, mar./abr. 2010. ISSN 1676-8701

BORGES, Maria Cecília Mendes. O sancionamento pessoal do administrador público como fator de efetividade do controle fiscal. **Boletim de Direito Municipal**, São Paulo: NDJ, v.23, n.2, p. 127-130, fevereiro 2007.

BRUNO, Reinaldo Moreira. A Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento limitador da discricionariedade na execução orçamentária. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 24, dez. 2003.

BRUNO, Reinaldo Moreira. A receita pública na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 36, dez. 2004.

BRUNO, Reinaldo Moreira. A transferência de recursos públicos para iniciativa privada à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 52, abr. 2006.

BRUNO, Renato Moreira. A lei de responsabilidade fiscal como elemento limitador da discricionariedade na execução orçamentaria municipal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.5, n.22, p. 159-173, nov./dez. 2003. ISSN 1676-8701.

CAMPELLO, Cibele Sebba Gontijo; ARAÚJO, Clézia Freitas dos Santos. Responsabilidade fiscal: adequação orçamentária e financeira da despesa. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.37, n.107, p. 27-36, out./dez. 2005. ISSN 0103-1090.

CARRASQUEIRA, Simone de Almeida. Dívida pública, Lei de Responsabilidade Fiscal e as empresas estatais. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.6, n.30, p. 265-302, mar./abr. 2005. ISSN 1676-8701.

CARVALHO, Daniel Bulha de. A contratação de obras públicas de grande vulto ante as restrições do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.29, n.3, p. 259-262, março 2016. ISSN 1981-5506.

CARVALHO, Orlando Adão. Gestão empreendedora com foco nos resultados. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF: Consulex, v.12, n.270, p. 24-25, abril 2008. ISSN 1519-8065.

CASTRO, Domingos Poubel de. Lei de Responsabilidade Fiscal: o enfrentamento a uma cultura perversa. **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**, ano 20, n. 7, jul. 2002.

CASTRO, Israel Sousa. O Pregão, suas fases, a lei de responsabilidade fiscal e o decreto N.º 3.555/00. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 3, maio 2001.

CAVALCANTI, Eduardo Muniz M. Análise acerca da possibilidade de abertura do processo licitatório com previsão orçamentária específica, mas sem efetiva disponibilidade financeira: disciplinamento da matéria na legislação e cenário jurisprudencial. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.22, n.115, p. 311-320, mar./abr. 2014. ISSN 1518-2711.

CIALDINI, Alexandre S. **A trajetória da Lei de Responsabilidade Fiscal**: da gestação à pandemia – os efeitos nos Estados Brasileiros. São Paulo: Actual, 2022. *E-book*. Minha Biblioteca. ISBN 9786587019307.

CONSULTORIA FÓRUM. Desapropriação e Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 60, dez. 2006.

CONTI, José Maurício; CARVALHO, André Castro. Transparência fiscal: vinte anos depois. In: **Responsabilidade na gestão fiscal**: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 295-310. ISBN 9786555180343.

COPOLA, Gina. A alegada violação ao art. 42 da LRF e a ausência de ato de improbidade administrativa. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.202, p. 85-94, dez. 2017.

COSTA, Camila Maia Pyramo; SILVA, Carolina Bechelany B.; CASTRO, José Nilo de; ANDRADE, Mariana Drumond. Terceirização de serviços – Despesa com pessoal – Lei de responsabilidade fiscal – Lei de licitação. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, ano 19, n. 9, jul./ set. 2003.

COSTA, Epaminondas da. Os agentes públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as sanções da Lei de Improbidade Administrativa. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 9, nov. 2001.

CRUZ, Alethéia Ferreira da et al. A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.52, n.4, p. 764-775, jul./ago. 2018. ISSN 19823134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/75726/72548>. Acesso em: 18 set. 2018.

CUNHA, Mariana Pereira. Da inaplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal às contratações emergenciais. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 12, dez. 2002.

DOTTI, Marinês Restelatto. A promoção da ampla pesquisa de preços nas contratações públicas - eficiente gestão de recursos públicos e efetividade no controle de despesas. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.15, n.170, p. 350-361, abril 2008. ISSN 1980-234X.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A Lei de Responsabilidade Fiscal e os novos desafios do ordenador de despesas. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 4, jun. 2001.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Empenho da despesa pública: o que mudou com a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 6, ago. 2001.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Evolução da responsabilidade fiscal e da sociedade brasileira. In: **Responsabilidade na gestão fiscal**: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 271-294. ISBN 9786555180343.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Lei de Responsabilidade Fiscal - Modelos de Gestão Pública Eficaz. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 46, out. 2005.

- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Lei de Responsabilidade Fiscal — Terceirização de mão-de-obra — Contabilização. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 59, jan. 2006.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Lei de responsabilidade fiscal: Anexo de riscos fiscais - Orientações do Tribunal de Contas da União. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 44, ago. 2005.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. O poder Legislativo, o Tribunal de Contas e o controle da responsabilidade fiscal. **Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF: IDAF**, Curitiba: Zênite, v.8, n.93, p. 821-833, abril 2009. ISSN 1980-2358.
- FERRAZ, Luciano. Lei de responsabilidade fiscal e terceirização de mão de obra no serviço público. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.17, n.199, p. 929-939, setembro 2010. ISSN 1980-234X.
- FIGUEIREDO, Carlos Maurício. Lei de responsabilidade fiscal: o resgate do planejamento governamental. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.8, n.93, p. 70-77, setembro 2009. ISSN 1676-5826.
- FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. Questões polêmicas da lei de responsabilidade fiscal: as despesas com inativos e pensionistas; a inclusão (ou exclusão) do imposto de renda dos servidores públicos no limite de despesas de pessoal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.6, n.30, p. 251-264, mar./abr. 2005. ISSN 1676-8701.
- FORTINI, Cristiana; FARIA, Flávia Cristina Mendonça. As terceirizações e as contratações temporárias realizadas pela administração pública: distinções entre as duas figuras e o impacto na LRF. In: **Terceirização na administração pública: boas práticas e atualização à luz da nova Lei de licitações**. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 245-270. ISBN 9786555182880.
- GARCIA, Flávia Amaral. O art. 16 da lei de responsabilidade fiscal e o seu impacto na fase interna das contratações administrativas. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo: FGV/Atlas, v.244, p. 125-136, jan./abr. 2007. ISSN 0034.8007.
- GARCIA, Flávio Amaral. O Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o seu impacto na fase interna das contratações administrativas. In: CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DE ESTADO, 32, 3-7 set. 2006, Natal / RN. **Teses**. Natal: Associação dos Procuradores de Estado, 2006.
- GARDELLI, Roberta Azola. O estado de calamidade pública e o impacto na LRF. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, v. ed. especial, n. 147, p. 72-75, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Revista%20TCESP%20147.pdf> . Acesso em: 19 jul. 2022.
- GONÇALVES, André Luis de Matos; SANTOS, Júlio Edstron S. A LRF e a necessidade de proteção ao erário: uma proposta de acoplamento interinstitucional e aplicação dos fundamentos da hermenêutica concretizada. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 87-116. ISBN 9786555180343.
- GUIMARÃES, Edgar. Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal na fase preparatória das licitações. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 103, jul. 2010.
- KANAYAMA, Rodrigo Luís; ZAGATTO, Thiago. A ineficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal na defesa do patrimônio público. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 72-89, set. 2019. ISSN 1676-5826.
- LAZZARINI, Alvaro. O artigo 20 da lei de responsabilidade fiscal e o poder judiciário do Estado de São Paulo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, n.229, p. 177-184, jul./set. 2002. ISSN 0034-8007.
- LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. As limitações de despesas com pessoal contidas na LRF e a possibilidade de suspensão da contagem do prazo de validade de concursos públicos. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.183, p. 47-56, março 2017. ISSN 1676-5826.

- LOUREIRO FILHO, Lair da Silva. Da integralidade da execução da proposta orçamentária para despesas com pessoal no âmbito do poder judiciário. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.27, n.7, p. 797-799, julho 2011. ISSN 1981-5522.
- LUCENA, Eunice Maria Goffi Marquesini Oliveira. **Gestão de recursos humanos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 76 p. (Cadernos IBAM: Lei de responsabilidade fiscal, 6).
- LUCK, Alan Saldanha. A possibilidade de concessão de benefícios, por meio de negociação coletiva, a empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista durante o período eleitoral. **Ciência Jurídica do Trabalho**, Belo Horizonte: Ciência Jurídica, v.12, n.76, p. 231-240, jul./ago. 2009.
- MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; JORDÃO, Eduardo Ferreira. A lei de responsabilidade fiscal e a contratação de PPPs no final de mandatos eletivos. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.21, p. 113-125, abr./jun. 2008. ISSN 1678-7072.
- MARQUES, Alberto José. RUBP uma alternativa de receita pública permanente. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF: Consulex, v.12, n.266, p. 66, fevereiro 2008. ISSN 1519-8065.
- MARTINS, Denis Moreira Monassa; SILVA, Rodrigo Crelier Zambão da. O papel dos controles internos para garantia da probidade na gestão pública: uma análise prática de convênios. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.69, p. 95-112, 2015. ISSN 0101-2096.
- MARTINS, Ives Gandra da S.; NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*. Minha Biblioteca. ISBN 9788502230477.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Lei de Responsabilidade Fiscal – Limites global e parcial de despesas com pessoal do serviço público – Inteligência dos arts. 169 da Constituição Federal e 20 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000 – Parecer. **Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF: IDAF**, Curitiba: Zênite, v.5, n.60, p. 1113-1124, julho 2006.
- MILESKI, Helio Saul. Novas regras para a gestão e a transparência fiscal : Lei de responsabilidade fiscal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v. 2, n. 7, p. 44-55, jul./set. 2000.
- MILESKI, Helio Saul. O ordenador de despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal: conceituação e repercussões jurídico-legais. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.15, p. 67-82, jul./set. 2002. ISSN 1676-8701.
- MILESKI, Helio Saul. O ordenador de despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal conceituação e repercussões jurídico-legais. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 8, ago. 2002.
- MILESKI, Helio Saul. Transparência do poder público e sua fiscalização. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.ed. espec., p. 24-36, 2002. ISSN 1676-8701.
- MONTEIRO, Vera. Parcerias público-privadas: aspectos fiscais e orçamentários. In: PAVANI, Sérgio Augusto Zampol; ANDRADE, Rogério Emilio de (Coord.). **Parcerias público-privadas**. São Paulo: MP Editora, 2006. p. 179-204. ISBN 85-98848-20-4.
- MORAES, Silvio Freire de. Lei de Responsabilidade Fiscal: A criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental e seus documentos essenciais. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 9, set. 2002.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. As leis de licitação e de responsabilidade fiscal em seus aspectos de transparência, controle e fiscalização. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.21, n.2, p. 164-179, fevereiro 2005.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Cautelas para o final de governo em nível federal - 2006. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.22, n.9, p. 991-999, setembro 2006.

- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: repercussões nas licitações e contratos públicos. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 97, jan. 2010.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas concessões, permissões e parcerias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. xx, 658 p. ISBN 978-85-7308-930-1.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Lei de responsabilidade fiscal. Empenhos, sanções e controle em final de governo federal - 2006. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.57, p. 7723-7735, setembro 2006. ISSN 1676-5826.
- MOTTA, Fabrício Macedo. A contratação de pessoal por prazo determinado e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 11, nov. 2002.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Notas sobre a assimilação institucional do Art.42 da lei de responsabilidade fiscal. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.25, n.9, p. 1003-1020, setembro 2009. ISSN 1981-5522.
- MOTTA, Fabrício. Notas sobre publicidade e transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.30, p. 91-108, out./dez. 2007. ISSN 1516-3210.
- NASCIMENTO, Cláudio. **Elaboração das diretrizes orçamentárias e do orçamento**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 75 p. (Cadernos IBAM: Lei de responsabilidade fiscal, 4).
- NÓBREGA, Marcos. **Lei de responsabilidade fiscal e leis orçamentárias**. São Paulo: J. de Oliveira, 2002. 216 p. ISBN 8574533122. Originalmente apresentado como dissertação do autor (mestrado - Universidade Federal de Pernambuco).
- NOGUEIRA, Roberto Wagner Lima. A propósito do art. 23, §§1º e 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: redução da jornada de trabalho e vencimentos de servidor público. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 425-445. ISBN 9786555180343.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 10º). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 277-279, maio 2021. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de responsabilidade fiscal (art.17). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.20, n.240, p. 225-229, dez. 2021. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art.18). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.241, p. 211-215, jan. 2022. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.242, p. 215-220, fev. 2022. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.243, p. 251-255, mar. 2022. ISSN 1676-5826
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 21). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 193-198, abr. 2022. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.245, p. 243-248, maio 2022. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 23). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 257-263, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

- OLIVEIRA, Gustavo Justino de. OSCIPs e licitação: ilegalidade do decreto nº 5.504, de 05.08.05. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.4, n.12, p. 165-207, jan./mar. 2006.
- OLIVEIRA, Manoel Paulo de. Capacitação de gestores públicos: uma idéia sugestiva. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.65, p. 49-54, maio 2007. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Manoel Paulo de. Lei de responsabilidade fiscal - importância, legal e gerencial, na apuração e no controle de custos na administração pública - união, estados, Distrito Federal e municípios. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.61, p. 22-32, janeiro 2007. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Weder de. O equilíbrio das finanças públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 101, maio 2010.
- PAIVA, Adriano Martins de. Suspensão do repasse de transferências voluntárias da união aos municípios inadimplentes. **Revista da AGU**, Brasília, DF: [s.n.], v.4, n.7, p. 99-108, ago. 2005.
- PASQUALINI, Alexandre. Lei de responsabilidade fiscal e transparência. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.12, n.64, p. 247-252, nov./dez. 2010. ISSN 1676-8701.
- PEREIRA FILHO, João de Deus. Despesas de exercícios encerrados e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 63, mar. 2007.
- PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Reslatto. Responsabilidade do ordenador de despesas nas contratações administrativas. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.11, n.121, p. 9-23, janeiro 2012. ISSN 1676-5826.
- PEREIRA, César A. Guimarães. O endividamento público na lei de responsabilidade fiscal. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador: CAJ, v.10, p. 1-51, janeiro 2002.
- PESSINI JÚNIOR, Angelo Roberto. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro das ações governamentais na lei de responsabilidade fiscal. **Boletim de Licitações e Contratos**, São Paulo: NDJ, v.20, n.5, p. 449-462, maio 2007.
- PESSINI JÚNIOR, Angelo Roberto. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro das ações governamentais na lei de responsabilidade fiscal (1ª parte). **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.23, n.10, p. 1160-1173, outubro 2007.
- PESSINI JÚNIOR, Angelo Roberto. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro das ações governamentais na lei de responsabilidade fiscal (2ª e última parte). **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.23, n.11, p. 1249-1272, novembro 2007.
- PINTO JÚNIOR, Mário Engler. Desafios para adoção do orçamento impositivo. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo: [s.n.], v.61/62, p. 77-96, jan./dez. 2005.
- PINTO, Élda Graziane. (Ir)responsabilidade na gestão das renúncias de receitas: um estudo sobre o frágil dever de avaliação de impacto fiscal e das correspondentes medidas compensatórias e contrapartidas. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 209-231. ISBN 9786555180343.
- PONTES, Larissa de Barros. A desnecessidade de observância do art. 16 da LRF na contratação de serviços contínuos. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.29, n.5, p. 426-428, maio 2016. ISSN 1981-5506.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Desmistificando os convênios. **Revista Zênite de Licitações e Contratos**, Curitiba: Zênite, v.13, n.150, p. 673-677, agosto 2006.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Despesa total com pessoal o art 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 7, set. 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE). **Manual de orientação do gestor público**. 5. ed. Porto Alegre: SEFAZ/CAGE, 2022. 703 p. ISBN 9788553040025. E-book. Disponível em: <https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16694/manual-de-orientacao-do-gestor-publico---5%C2%AA-edicao> . Acesso em: 22 mar. 2022.

ROCHA, Bárbara Maria Bezerra et al. Gastos com pessoal e a Lei de responsabilidade fiscal : aplicabilidade da Lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 no governo do estado do Ceará. **Revista Controle**, v. 20, n. 2, p. 192-221, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/740/579> . Acesso em: 19 jul. 2022.

SALOMÃO, Luis Felipe. Princípio da autonomia administrativa e financeira do judiciário e a lei de responsabilidade fiscal. **Cidadania e Justiça**-Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, Brasília: AMB, v.7, n.13, p. 187-194, jan./jun. 2004.

SANTANNA, Gustavo da Silva; SCALABRIN, Felipe; CASTANHO, Jadson Lopes. O descompasso da Lei de Responsabilidade Fiscal frente às despesas de pessoal em tempos de crise financeira : os casos do estado do Rio Grande do Sul e da Covid-19. **Revista Controle**, v. 19, n. 2, p. 180-215, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/714/523> . Acesso em: 19 jul. 2022.

SANTOS, Marcelo O. F. Figueiredo A Lei de responsabilidade fiscal : notas essenciais e alguns aspectos da improbidade administrativa. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v. 3, n. 12, p. 108-121, out./dez. 2001.

SANTOS, Ricart César Coelho dos; SANTOS, Gabriel Romualdo. A autonomia financeira das defensorias públicas estaduais: concretização constitucional e Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.11, p. 163-176, mar./ago. 2017. ISSN 22388508.

SANTOS, Sérgio Honorato dos. Servidores não estáveis podem ser exonerados se nomeações transgredirem a lei de responsabilidade fiscal. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.23, n.2, p. 194-198, fevereiro 2007.

SERAFINI, Lucas. Planejamento estratégico: elaboração da lei da responsabilidade social no âmbito da administração pública. **Estudos Legislativos**, Porto Alegre: CORAG, v.5, n.5, p. 123-151, dezembro 2011. ISSN 1980-2951.

SILVA, Eduardo Franco da. Mudança na Lei de responsabilidade fiscal : novas regras quando ultrapassar os limites de gastos com pessoal. **Revista Síntese de direito administrativo**, São Paulo, v. 16, n. 184, p. 231-238, abr. 2021.

SILVA, Victor Oliveira. A forma de fixação da contraprestação devida na relação de estágio e sua classificação no orçamento da Administração Pública. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão**, São Luís: PGE, v.41, n.2, p. 79-117, 2016. ISSN 2358-3118.

TABORDA, Maren Guimarães. O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, n.230, p. 251-280, out./dez. 2002. ISSN 0034-8007.

TEIXEIRA, Marcelo de Sousa. Divergências metodológicas dos Tribunais de Contas e seus efeitos sobre as regras de despesa com pessoal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.54, n.6, p. 1747-1759, nov./dez. 2020. ISSN 19823134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/82409> . Acesso em: 30 nov. 2021.

TOLEDO JÚNIOR, Flavio C. de; ROSSI, Sérgio Ciqueira. Os precatórios judiciais. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.71, p. 52-56, novembro 2007. ISSN 1676-5826.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa de. A rejeição contratual pelo não cumprimento do artigo 16 da LRF (criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.20, n.240, p. 13-18, dez. 2021. ISSN 1676-5826.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. As autarquias, fundações e empresas estatais na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.20, n.7, p. 756-760, julho 2004.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. Os resultados fiscais de entidades federais. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.20, n.4, p. 379-382, abril 2004.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigma nas contratações de execução continuada. **Boletim de Licitações e Contratos**, São Paulo: NDJ, v.21, n.6, p. 572-581, junho 2008. ISSN 1981-5506.

TRIBUNAL de Contas do Estado de Santa Catarina. [Parecer] Lei de Responsabilidade Fiscal - Limites de despesa com pessoal - Exclusão das despesas com pensionistas custeadas por contribuição dos servidores - Possibilidade. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.20, n.9, p. 1056-1065, setembro 2004.

TRONQUINI, Luiz Felipe Menezes. Incentivos tributários e renúncia de receita tributária: sobre os mecanismos normativos que exercem o seu controle de juridicidade para a boa Administração Pública. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.20, n.72, p. 57-88, abr./jun. 2019. ISSN 1808-5628.

VILLAÇA, Sérgio Paulo. **Elaboração do plano plurianual**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 64 p. (Cadernos IBAM: Lei de responsabilidade fiscal, 3).

WARPECHOWSKI, Ana Cristina Moraes; SITJÁ, Henrique Serra; CANOSSA, Ricardo. Aspectos jurídicos, econômicos e contábeis da prestação indireta de serviços públicos à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 63-85. ISBN 9786555180343.

ZANCHIM, Kleber Luiz. PPP e orçamento público - uma análise da portaria nº 614/06, da STN, à luz da lei nº 4.320/64 e da lei de responsabilidade fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.68, p. 57-70, agosto 2007. ISSN 1676-5826.

DIREITO CONSTITUCIONAL

ABREU, Rogério Roberto Gonçalves de. O novo art.169 da Constituição Federal. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.20, n.2, p. 156-168, fevereiro 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.8, n.33, p. 285-301, 2000. ISSN 1518-272X.

CASTELLO, Melissa Guimarães. O dever de contingenciamento estabelecido na Lei de responsabilidade fiscal - tensão entre o equilíbrio orçamentário e a independência entre os poderes. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.75, p. 29-53, jan./jun. 2015. ISSN 0101-1480.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. A lei de responsabilidade fiscal como fator determinante para a consolidação do sistema de controle interno: definição do entendimento da separação de poderes e o princípio da eficiência no "modelo gerencial" de Estado. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.12, n.62, p. 269-298, jul. / ago. 2010. ISSN 1676-8701.

DELGADO, José Augusto. Os tribunais de contas e a sua importância institucional: origem: os tribunais de contas nas Constituições da Alemanha, Argentina, Chile, Espanha e Portugal: relação, no Brasil, com a Lei de responsabilidade fiscal.

- In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio (coord.). **Licitações e contratos administrativos**. Curitiba: Juruá, 2006. p. 113-134. ISBN 85-362-1371-X.
- ENZWEILER, Romano José. O princípio da autonomia administrativa e financeira do poder judiciário e a lei de responsabilidade fiscal. **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v.99, n.368, p. 165-182, jul./ago. 2003. ISSN 0102-8413.
- FERNANDES, Andressa Guimarães Torquato. A aplicação do princípio da intranscendência das sanções na jurisprudência do STF em casos envolvendo limites setoriais para despesa com pessoal. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 117-134. ISBN 9786555180343.
- FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. O Supremo Tribunal Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (da inconstitucionalidade do § 2º do art. 12 e dos §§ 1º e 2º do art. 23). **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.14, p. 175-183, abr./jun. 2002. ISSN 1676-8701.
- GARCIA, Emerson. A autonomia financeira do Ministério Público. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.91, n.803, p. 59-73, setembro 2002. ISSN 0034-9275.
- LIMA, Eduardo Canelos Saboia. Primeiras linhas sobre a lei de responsabilidade fiscal na esfera constitucional. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.27, n.112, p. 63-79, mar./abr. 2019. ISSN 1518-272X.
- MACEDO, Alessandro Prazeres. 'Irregularidade insanável' e a inelegibilidade à luz da jurisprudência do TSE. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF: Consulex, v.17, n.393, p. 48-50, junho 2013. ISSN 1519-8065.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Política municipal de incentivos fiscais e financeiros - limites da Constituição e da lei de responsabilidade fiscal - autonomia financeira, administrativa e política das unidades federativas. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.19, n.97, p. 307-337, mar./abr. 2011. ISSN 1518-2711.
- OLIVEIRA, Manoel Paulo de. O contador do setor público e a lei de responsabilidade fiscal (Lei complementar nº 101/2000), regulamentadora do art. 165, §9º, da Constituição Federal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.9, n.100, p. 68-77, abril 2010. ISSN 1676-5826.
- PÉRCIO, Gabriela Verona; LÉGER, Gabriel Guy. A competência constitucional dos Tribunais de Contas para fiscalizar as Sociedades de Economia Mista exploradoras de atividade econômica. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: [s.n.], v.22, n.38, p. 73-83, jul./dez. 2005.
- PEREIRA, Arthur Cesar de Moura; SOUZA NETO, Jurandi Ferreira de. Lei de Responsabilidade Fiscal e justiça intergeracional ou o conselho de Anquises. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 135-159. ISBN 9786555180343.
- RODRIGUES, Ricardo Schneider; ARAÚJO, Lean Antônio Ferreira. A uniformização da interpretação da LRF no âmbito dos Tribunais de Contas: a constitucionalidade da PEC nº 188/2019 à luz do princípio federativo. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 399-424. ISBN 9786555180343.
- SILVA, Jorge Bernardo Oliveira da. Transparência e participação popular: dois lados da mesma moeda. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.105, n.964, p. 127-142, fevereiro 2016. ISSN 0034-9275.
- SILVA, Paulo Maycon Costa da. Defensoria pública estadual: não incidência do parágrafo único do artigo 22 da lei de responsabilidade fiscal. **Revista da Ajuris**, Porto Alegre: AJURIS, v.37, n.117, p. 297-309, março 2010. ISSN 1679-1363.
- ZYMLER, Benjamin . A interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal frente à Constituição Federal. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 16, jun. 2002.

DIREITOS HUMANOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS

CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da; RAMOS, Letícia Ayres. Os 20 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: transparência e proteção de dados a tutelar os direitos fundamentais à cidadania e à boa ciber@ministração pública. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 183-208. ISBN 9786555180343.

MACIEL, Moises. A LRF como pressuposto para a efetividade dos direitos fundamentais no Brasil. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 379-397. ISBN 9786555180343.

DIREITO ELEITORAL

ANDREATA JÚNIOR, Homero. Vedações de dispêndios e outras práticas administrativas no último ano de mandato ou legislatura. **Revista da AGU**, Brasília, DF: [s.n.], v.5, n.10, p. 187-198, agosto 2006.

BAPTISTA, Antonio Sergio. As vedações da lei de responsabilidade fiscal no último ano de mandato. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio (coord.). **Licitações e contratos administrativos**. Curitiba: Juruá, 2006. p. 35-37. ISBN 85-362-1371-X.

BESERRA, Flávia de Almeida. Lei de responsabilidade fiscal e contratações em final de mandato. **Revista da Procuradoria Geral do Estado da Bahia**, Salvador: PGE-BA, v.33/34, p. 301-306, 2005/2006. ISSN 0103-2682.

BRUNO, Reinaldo Moreira. Final de mandato dos atuais prefeitos à luz da lei de responsabilidade fiscal. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, n.236, p. 337-368, abr./jun. 2004. ISSN 0034-8007.

BROLIANI, Jozélia Nogueira. A responsabilidade do gestor público em último ano de mandato: análise do art. 42 da Lei Complementar 101/2000. In: CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DE ESTADO, 32, 3-7 set. 2006, Natal / RN. **Teses**. Natal: Associação dos Procuradores de Estado, 2006.

FIRMO FILHO, Alípio Reis. Considerações sobre a anulação de empenhos no último ano de mandato como meio de burla ao disposto no art. 42D da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 43-62. ISBN 9786555180343.

LEITE, Fábio Barbalho; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Estatais auto-suficientes e geração de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do executivo perante a Lei de responsabilidade fiscal: estudo de caso. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.20, n.8, p. 873-884, agosto 2004.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Limites do chefe do poder executivo na elevação do gasto com pessoal em final de mandato presidencial. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.17, n.89, p. 163-178, jan./fev. 2015. ISSN 1676-8701.

SCHMITT, Rosane Heineck. Despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.ed. espec., p. 56-67, 2002. ISSN 1676-8701.

TOLEDO JUNIOR, Flávio C. de. Fim de mandato - As despesas proibidas. **Boletim de Direito Municipal**, São Paulo: NDJ, v.24, n.8, p. 590-597, agosto 2008. ISSN 1981-5514.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa.de. A gestão da dívida ativa municipal. **Boletim de Direito Municipal - BDM**, São Paulo: NDJ, v.29, n.9, p. 587-572, setembro 2013. ISSN 1981-5514.

DIREITO MUNICIPAL

AGUIAR, Ana Lúcia Dantas; MOREIRA, Stella Maris Dornelas de Abreu; ALEGRE, Tyciana Monte. O município e as despesas de pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal: uma proposta de interpretação. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 47, jan. 2005.

BRUNO, Reinaldo Moreira. A lei de responsabilidade fiscal como instrumento limitador da discricionariedade na execução orçamentária municipal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v. 5, n. 22, p. 159-173, nov./dez. 2003.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; AFONSO, Luís Eduardo. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.52, n.1, p. 126-148, jan./fev. 2018. ISSN 19823134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/73930/70962> . Acesso em: 11 set. 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Terceirização municipal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.161, p. 36-44, maio 2015. ISSN 1676-5826.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. Os três anos da Lei de responsabilidade fiscal e a situação dos municípios brasileiros. **Repertório IOB de jurisprudência** : tributário, constitucional e administrativo, São Paulo: IOB, n. 8, p. 301-294, 2 quin. abr. 2004.

FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. Os municípios e a Lei de Responsabilidade Fiscal: perguntas e respostas. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.ed. espec., p. 265-317, 2002. ISSN 1676-8701.

LIMA, Marcelo Cheli de. Federalismo fiscal, autonomia financeira dos municípios e dívida pública: a responsabilidade pessoal do agente público municipal pelo descumprimento de normas jurídicas que disciplinam a contratação de operações de crédito realizadas pelos municípios. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.20, n.239, p. 55-79, nov. 2021. ISSN 1676-5826.

PAUSE, Júlio César Fucilini. A Lei de Responsabilidade Fiscal e os mecanismos de controle das despesas com pessoal aplicáveis aos municípios: uma visão panorâmica. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 311-333. ISBN 9786555180343.

PINTO, Élide Graziane; TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. O crescimento do déficit/dívida municipal e a ainda mal cumprida Lei de responsabilidade fiscal. **Boletim de Direito Municipal - BDM**, São Paulo: NDJ, v.31, n.12, p. 929-934, dezembro 2015. ISSN 1981-5514.

RODRIGUES, Alcides Redondo. **O papel da câmara municipal na gestão fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 31 p. (Cadernos IBAM: Lei de responsabilidade fiscal, 7).

RODRIGUES, Walton Alencar. Tribunal de Contas da União, Lei de Responsabilidade Fiscal e municípios. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 60, dez. 2006.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de A lei de responsabilidade fiscal e a tormentosa questão dos restos a pagar no município. **Revista do Tribunal de Contas da União**, v. 32, n. 87, p. 11-14, jan./mar. 2001.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. As portarias ministeriais sobre uniformização das contas públicas: certos pontos relevantes para o município. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.ed. espec., p. 68-74, 2002. ISSN 1676-8701.

DIREITO ECONÔMICO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO TRIBUTÁRIO

ABRAHAM, Marcus. Transparência e cidadania fiscal nos 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.8, p. 53-67, set./fev. 2016. ISSN 22388508.

- ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião Edilson R.; AFFONSO, Antônio Geraldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 329 p.
- ARAUJO, Fabiano de Figueirêdo. O conceito de operação de crédito na LRF é estritamente jurídico? Um estudo sobre o caráter multidisciplinar da LRF. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 233-250. ISBN 9786555180343.
- BAPTISTA, Antônio Sérgio. A polêmica dos restos a pagar e a Lei de Responsabilidade Fiscal (uma abordagem atualizada). **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 10, dez. 2001.
- BATISTA, Nadia Cristina. Orçamento público e planejamento com transparência e responsabilidade na gestão fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.188, p. 16-26, agosto 2017. ISSN 1676-5826.
- BEVILACQUA, Lucas. Responsabilidade fiscal e ICMS: uma perspectiva de controle. **Revista de Direito**, Goiânia: PGE/Centro de Estudos, v.25, p. 197-224, 2010.
- BICALHO, Luciano Medeiros de Andrade. A responsabilidade fiscal e as exigências para recebimento de recursos provenientes de transferências voluntárias. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.188, p. 9-15, agosto 2017. ISSN 1676-5826.
- BLIACHERENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. A questão do endividamento público dez anos após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal: avanços e limitações. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.49, n.194, p. 159-172, abr./jun. 2012. ISSN 0034-835X.
- BROLIANI, Jozélia Nogueira. Renúncia de receita e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, ano 25, n. 18, out./dez. 2004.
- BRUNO, Reinaldo Moreira. A receita pública na lei de responsabilidade civil. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro: Renovar, n.238, p. 301-330, out./dez. 2004. ISSN 0034-8007.
- CARRAZZA, Roque Antonio, Convênios-ICMS e artigo 14, da lei de responsabilidade fiscal, sua inaplicabilidade, questões conexas. **Revista de estudos tributários**, São Paulo, v. 3, n. 16, p. 140-158, nov./dez. 2000.
- CARVALHO, Eduardo. A lei de responsabilidade fiscal e a recuperação do crédito tributário. **Síntese Jornal**, v. 7, n. 84, p. 15, fev. 2004.
- CARVALHO, André Castro. Restrições orçamentárias frouxas e rígidas na lei de responsabilidade fiscal. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.8, n.29, p. 09-28, jan./mar. 2010. ISSN 1678-7102.
- CARVALHO, André Castro. **Vinculação de receitas públicas**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. 319 p. ISBN 9788576744979.
- CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de. A interpretação do artigo 42 da lei de responsabilidade fiscal: dos restos a pagar. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.57, p. 404-424, 2003. ISSN 0101-2096.
- CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (coord.). **Lei de responsabilidade fiscal: ensaios em comemoração aos 10 anos da Lei complementar nº 101/00**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. 467 p. ISBN 9788577003006.
- CAVALCANTE, Lucas Ernesto Gomes. Transação tributária e renúncia de receita nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Controle**, v. 17, n. 2, p. 393-421, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/547> . Acesso em: 19 jul. 2022.

- COSTA, Valterlei A. da. A facultatividade da competência tributária e a gestão fiscal responsável. **Revista de Estudos Tributários**, Porto Alegre: Síntese/IOB, v.23, n.135, p. 63-80, set./out. 2020. ISSN 1519-1850.
- CRUZ, Flávio da (Coord.) et al. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xv, 359 p. ISBN 978-85-224-5268-2.
- DELGADO, José Augusto. A Lei de responsabilidade fiscal e os tribunais de contas. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, RS: Plenum, v.1, n.2, p. 49-79, março 2005. ISSN 1807-6017.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Multa Administrativa na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 8, out. 2001.
- FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos Antônio Rios da. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite prudencial: os limites máximos transitórios. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 52, abr. 2006.
- FREITAS, Leonardo Buissa; FREITAS, Gabriel Buissa Ribeiro de. Incentivo fiscais: entre a indução econômica e a responsabilidade fiscal. In: **Responsabilidade na gestão fiscal**: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 335-353. ISBN 9786555180343.
- Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. **Comentários à lei de responsabilidade na gestão fiscal**. São Paulo: CEPAM, 2001. 292 p.
- GODINHO, Heloísa Helena Antonacio Monteiro. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o planejamento financeiro estatal: planejar é preciso. In: **Responsabilidade na gestão fiscal**: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 251-270. ISBN 9786555180343.
- GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 140 p. p. (Lei de responsabilidade fiscal, 1).
- GUERRA, Evandro Martins. O controle e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 4, abr. 2002.
- HARADA, Kiyoshi. Alterações das metas do superávit primário e suas consequências jurídicas. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.24, n.127, p. 351-367, mar./abr. 2016. ISSN 1518-2711.
- HARADA, Kiyoshi. Novo incentivo fiscal do ICMS. **Revista Bonijuris**, Curitiba: Bonijuris, v.20, n.535, p. 23-24, junho 2008. ISSN 1809-3256.
- HARADA, Kiyoshi. Isenção por prazo certo e os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, São Paulo, Magister, n. 06, dez./jan., 2006.
- HARADA, Kiyoshi. Lei da responsabilidade fiscal. Requisitos para concessão de incentivos tributários. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.19, n.98, p. 53-60, mai./jun. 2011. ISSN 1518-2711.
- HARADA, Kiyoshi. Tentativas de desestabilização da lei de responsabilidade fiscal. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.30, n.3, p. 264-268, março 2014. ISSN 1981-5522.
- IOCKEN, Sabrina Nunes; OLIVEIRA, Sonia Endler de. O novo regime de transferências voluntárias intergovernamentais e a LRF: a disputa pelos códigos orçamentários. In: **Responsabilidade na gestão fiscal**: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 447-470. ISBN 9786555180343.
- MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. Lei de responsabilidade fiscal: anotações iniciais. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 37, jan. 2005.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). **Comentários à Lei de responsabilidade fiscal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. xxxiv, 658 p. ISBN 978-85-02-07278-7.

MARTINS, Marcelo Guerra. Renúncia de receita como gasto tributário e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, ano 10, n. 2, set./ fev. 2012.

MILESKI, Helio Saul. Lei de Responsabilidade Fiscal: novas regras para a gestão e a transparência fiscal. **Fórum Administrativo**, ano 21, n. 5, jul. 2001.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho; SANTANA, Jair Eduardo; FERRAZ, Luciano. **Lei de responsabilidade fiscal: abordagens pontuais: doutrina e legislação**. Coordenador Flávio Régis Xavier de Moura e Castro. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 254 p. ISBN 8573084049.

MOURÃO, Licurgo; SHERMAN, Ariane. Crise financeira do Estado e a responsabilidade fiscal solapada. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 355-378. ISBN 9786555180343.

NAKAMURA, Andre Luiz dos Santos. Restrições ao investimento público em infraestrutura decorrentes da lei de responsabilidade fiscal e da Emenda Constitucional nº 109/2021. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte, v.10, n.19, p. 215-232, mar./ago. 2021. ISSN 2238-8508.

NEDUZIAK, Luiz Carlos Ribeiro; CORREIA, Fernando Motta. Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.51, n.4, p. 616-632, jul./ago. 2017. ISSN 19823134. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/71175/pdf_125 . Acesso em: 21 set. 2018.

NÓBREGA, Marcos; FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício. Renúncia de receita, guerra fiscal e tax expediture: uma abordagem do art. 14 da LRF. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.ed. espec., p. 37-55, 2002. ISSN 1676-8701.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Questões polêmicas sobre renúncia de receita na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, ano 20, n. 93, set. 2009.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. A responsabilidade fiscal e as parcerias público-privadas. In: OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. *E-book*. Proview. ISBN 9788520363393.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. Licitações e contratos administrativos na Lei de Responsabilidade fiscal. In: OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. *E-book*. Proview. ISBN 9788520363393.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. Responsabilidade fiscal. In: OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. *E-book*. Proview. ISBN 9788520363393.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. Orçamentos público, ajuste fiscal e administração consensual. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.163, p. 41-52, julho 2015. ISSN 1676-5826.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Aspectos gerais do crédito público no Direito Brasileiro. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas**, Manaus: PGE, v.24, n.31, p. 302-334, 2008. ISSN 1807-9261.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Responsabilidade fiscal: aspectos fundamentais da Lei Complementar n. 101/2000**. Manaus: Caminha, 2002. 182 p.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. A competência tributaria e a Lei de Responsabilidade Fiscal. In: **Responsabilidade na gestão fiscal**: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 161-181. ISBN 9786555180343.

RAMOS, Luciano Silva Costa; RIMGEMBERG, Diogo Roberto. Nuances da aplicação da Lei de responsabilidade fiscal pelos tribunais de contas. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.18, n.95, p. 115-130, jan./fev. 2016. ISSN 1676-8701.

REIS, Heraldo da Costa. **Impactos da LRF sobre a lei nº 4.320**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 36 p. (Cadernos IBAM: Lei de responsabilidade fiscal, 2).

SANTOS, Daniela Marcellino dos. A legalidade do protesto extrajudicial de créditos tributários. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo: Dialética, v.225, p. 18-38, junho 2014. ISSN 1413-7097.

São Paulo (Estado). Tribunal de Contas. **Manual básico: Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2000. 37 p. Brochura.

SILVEIRA NETO, Otacílio dos Santos. O regime jurídico da despesa pública brasileira e as ações fiscais anticíclicas de governo. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.101, n.918, p. 265-283, abril 2012. ISSN 0034-9275.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de; ROSSI, Sérgio Ciquera. **Lei de responsabilidade fiscal**: comentada artigo por artigo. 2. ed. rev. atual. São Paulo: NDJ, 2002. xxii, 371 p. ISBN 85-86314-19-6.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. Art. 42 da lei de responsabilidade fiscal - A polêmica das despesas líquidas e preexistentes. **Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF**: IDAF, Curitiba: Zênite, v.10, n.117, p. 825-828, abril 2011. ISSN 1980-2358.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. As cautelas fiscais para criar despesa pública. **Boletim de Direito Municipal - BDM**, São Paulo: NDJ, v.31, n.7, p. 511-515, julho 2015. ISSN 1981-5514.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. Lei de diretrizes orçamentárias: excelente oportunidade para inibir o mau uso do dinheiro público. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.10, n.119, p. 25-30, novembro 2011. ISSN 1676-5826.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. Lei de responsabilidade fiscal: planejamento de receitas e despesas, e o ainda polêmico art.42. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.28, n.8, p. 911-928, agosto 2012. ISSN 1981-5522.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de; ROSSI, Sérgio Ciqueira. Os novos cuidados com o ainda polêmico art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.6, n.28, p. 247-251, nov./dez. 2004. ISSN 1676-8701.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa. de; ROSSI, Sérgio Ciquera. Dez anos de lei de responsabilidade fiscal: a experiência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.26, n.10, p. 1146-1154, outubro 2010. ISSN 1981-5522.

TONETTI, Rafael Roberto Hage. Federalismo fiscal e o art. 11, parágrafo único da Lei complementar nº 101/2000: ponderações a respeito do exercício da competência tributária plena e da ADI nº 2.238. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte, v.11, n.20, p. 51-67, set./fev. 2022. ISSN 2238-8508.

TRIBUNAL de Contas da União. [Parecer] Fundo Nacional de Segurança Pública - Transferência de recursos aos entes federados - Interpretação do Art. 25, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.20, n.6, p. 668-690, junho 2004.

DIREITO CIVIL

BRUNO, Reinaldo Moreira. A receita pública na lei de responsabilidade civil. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, n.238, p. 301-330, out./dez. 2004. ISSN 0034-8007.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ANDRADE, Érico. O controle judicial da responsabilidade fiscal: ação civil pública de improbidade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, n.232, p. 283-307, abr./jun. 2003. ISSN 0034-8007.

KLIEMANN, José Guilherme. A presença necessária do Procurador do Estado junto às Cortes de Contas. **Revista Jurídica APERGS**, Porto Alegre: [s.n.], v.5, n.5, p. 43-59, dezembro 2008.

DIREITO TRABALHISTA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

BATISTA, Hugo Fidelis. As empresas estatais dependentes, a negociação coletiva de trabalho e os limites da Lei de responsabilidade fiscal. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal**, Distrito Federal, v.43, n.1, p. 73-88, jan./jun. 2021. ISSN 0419-4454.

MILESKI, Helio Saul. As reformas previdenciárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.5, n.24, p. 39-49, mar./abr. 2004. ISSN 1676-8701.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. **A lei de responsabilidade fiscal e a previdência dos servidores públicos municipais**. Rio de Janeiro: IBAM, 2000. 65 p. (Cadernos IBAM: Lei de responsabilidade fiscal).

OLIVEIRA, Weber Luiz de. Despesa total com pessoal e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Im)possibilidade de exclusão do terço de férias. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.6, n.20, p. 349-371, jan./mar. 2022. ISSN 2526-8120.

RAFANHIM, Ludimar. Gestão democrática dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos. **Revista Bonijuris**, Curitiba: Bonijuris, v.20, n.533, p. 16-18, abril 2008. ISSN 1809-3256.